

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo




Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário

005ª COSMAM 12MAR2024

Pauta: Operacionalização do plantio ao manejo arbóreo de Porto Alegre.

 **PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** (10h11min) Bom dia a todos. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. A pauta foi proposta pela Ver.^a Cláudia Araújo e pelo Ver. Ramiro, que também é da área, sobre créditos de carbono, benefícios ambientais e econômicos. Chamo para compor a Mesa o Sr. Eduardo Henrique Alves Garcez, da Procuradoria-Geral do Município; o Sr. Marcelo Fernandes, assessor técnico da Secretaria da Fazenda; a Sra. Fernanda, assessora do Gabinete da Inovação; a Sra. Vanessa Rodrigues Pereira, representando a OAB/RS; a Sra. Miriam Souza, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, engenheira florestal; e a Sra. Rita Ferrão, presidente da Associação Brasileira de Créditos de Carbono e Metano. Dando continuidade, nós queremos dar as boas-vindas a todos os convidados. Passo a palavra para a Ver.^a Cláudia, proponente, para falar sobre essa pauta.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, quero cumprimentar os meus colegas aqui da Mesa; nossa presidente, a Ver.^a Lourdes;

Ver. Oliboni; Ver. Ramiro; Ver.^a Tanise; nossos convidados que estão conosco; Rita, em especial, o meu cumprimento – a Rita me visitou no meu gabinete, junto com o Cândido, querido. Seja bem-vindo, Cândido. E, quando ela me falou um pouquinho sobre crédito de carbono, eu me encantei, eu disse que nós temos que levar isso para a comissão de saúde. Infelizmente, o nosso secretário de meio ambiente está num evento na FIERGS, diz que não foi avisado, mas faz uma semana que receberam o *e-mail*, e depois nós vamos marcar lá na secretaria, porque eu acho que é muito importante a gente conversar e alinhar com a secretaria de meio ambiente. Vou falar um pouquinho sobre crédito de carbono para quem está nos assistindo. Um crédito de carbono é a representação de 1 tonelada de carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera, contribuindo para a distribuição do efeito estufa, ou seja, 1 tonelada de dióxido de carbono é igual a um crédito de carbono. O crédito de carbono é a moeda utilizada no mercado de carbono; nesse mercado, empresas que possuem um nível de emissão muito alto e poucas opções para redução podem comprar créditos de carbono para compensar suas emissões. Assim, quanto mais um país se empenhar em reduzir a emissão de poluentes, mais créditos conseguirá gerar, podendo então utilizá-los como moeda de negociação com outros países que não tenham alcançado as metas de redução. Exemplos de estratégias eficientes que podem ser adotadas pelos países e organizações para a redução da emissão de gases do efeito estufa: redução dos níveis de desmatamento, campanhas para estimular o consumo consciente, utilização de fontes de energia alternativas, redução de materiais descartáveis e a correta destinação dos resíduos, utilização racional de energia e água, criação de políticas sustentáveis e de preservação ambiental, e a promoção e estruturação de mobilidade urbana sustentável, entre outros. Isso é um pouquinho só, é claro que é muito mais amplo do que isso, e a Rita vai nos apresentar. Pelo que a Rita me apresentou, ela é a única empresa que licencia hoje no País. Então, isso é muito importante, que a gente possa ouvir e entender. Quando eu falei sobre isso, o Ver. Ramiro comentou que isso é muito importante, ele vai fazer a fala dele também. Ele já conhece a Rita também, então a gente pontuou junto – né,

Ramiro? –, a importância de ter a Rita com a gente para trazer um pouco mais de informação. De novo, obrigada por estar aqui com a gente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Ver.^a Cláudia, passo de imediato a palavra ao Ver. Ramiro Rosário.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Bom dia a todos; bom dia, meus colegas vereadores; todos os nossos convidados aqui; a querida Rita; a Ver.^a Cláudia Araújo colocou de uma forma muito boa a importância do tema do crédito de carbono para o planeta inteiro, e obviamente Porto Alegre está inserido nesse contexto. Então, meus parabéns à Ver.^a Cláudia por propor esse debate na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Eu sou um defensor do capitalismo, eu acredito no capitalismo. Nenhum outro modelo econômico, de organização social demonstrou a capacidade de nos fornecer e de poder propiciar às pessoas o mínimo de dignidade. O capitalismo é perfeito? Obviamente não é perfeito, tem os seus defeitos, mas ele está funcionando, está operando no mundo, porque ele lida com diversos aspectos da natureza humana. Nós todos buscamos, no nosso dia a dia, o nosso sustento, o nosso pão. Queremos trabalhar com liberdade. Queremos empreender. Queremos ter a busca da nossa felicidade através do trabalho, e nas relações humanas, nas relações sociais isso é muito presente também. Eu não acredito que um dia a humanidade irá se levantar e dizer: “Bom, finalmente vamos salvar o planeta; vamos parar de emitir gás carbono; vamos parar de poluir os nossos rios, os nossos mares”. Se esse dia fosse acontecer, já teria acontecido, porque os alertas globais a respeito da poluição, do quanto isso interfere no nosso planeta, já estão presentes há décadas, tanto por governos quanto por organizações, alertando a influência maléfica dos poluentes no ar, no mar e na terra. Qual é a grande saída para isso? Utilizar a própria natureza humana. Se somos gananciosos, se somos capitalistas, se queremos sempre poder ter algo em troca, algum benefício para poder fazer a locomotiva da sociedade avançar, eu acredito que o crédito de carbono é uma ferramenta extraordinária para nós podermos, sim, de forma

efetiva, contribuir pra diminuição da poluição no planeta. Por que isso? Quando nós criamos um mercado, um livre mercado para que as empresas as nações possam comercializar o seu crédito de carbono, que elas possam atender determinados requisitos, preservando espaços verdes, florestas, elas possam, de alguma forma, ter o seu rendimento, ter um ganho com isso, para poder fazer com que outras empresas ou nações que eventualmente poluam mais possam adquirir os créditos de carbono, enfim. Com isso, na verdade, nós estamos criando, sim, um mercado, mas, mais do que isso, contribuindo para a diminuição dos poluentes no mundo. Então, eu acredito muito no modelo de crédito de carbono. Conversando com a Ver.^a Cláudia aqui, já havíamos tratado com a Rita também, nós fizemos uma proposição aqui, na Câmara de Vereadores, um projeto de lei para, de alguma forma, regulamentar o crédito de carbono, a venda do crédito de carbono no Município de Porto Alegre. Qual é intenção disso? É nós podermos amadurecer e criar segurança jurídica no Município, para eventualmente, havendo a vontade do Executivo, também fazermos leilões de crédito de carbono das nossas áreas de reserva, de preservação ambiental, das nossas áreas verdes, para que o recurso dessas áreas, o recurso desse crédito de carbono, possa ser empregado na proteção prática desses ambientes: cercamento com gradil de concreto de áreas de preservação ambiental; cercamentos de áreas que hoje estão sob o risco de invasão, sob o risco de seu mau uso para prostituição, para drogadição, para invasão, enfim, de moradias irregulares. São diversas, dezenas as áreas de Porto Alegre de preservação ambiental, áreas de reserva que estão à mercê dessas invasões. Muitas vezes, as pessoas ficam preocupadas quando falam de meio ambiente, olham para Amazônia, olham para o Pantanal, olham para o Cerrado, olham para os grandes biomas do País, mas esquecem que quando a gente tem que tratar de meio ambiente de fato é a partir das cidades, porque, nas cidades, nós temos a maior concentração das pessoas vivendo; nas cidades, nós temos a circulação de fato das pessoas, da sociedade trabalhando, empreendendo, estudando. Eu acredito, Ver.^a Lourdes, que, quando a gente trata de meio ambiente a partir da cidade, nós conseguimos trazer resultados práticos para isso. Porto Alegre tem

diversos problemas relacionados ao meio ambiente, nós somos uma cidade que trata apenas 54% do nosso esgoto, nós somos uma cidade que – no período de uma década – será a principal poluente do Guaíba, não será mais o Sinos, não será mais o Gravataí, porque nós teremos aí o avanço da universalização do esgoto nas cidades da região metropolitana e nós estamos ainda muito longe de atingir esse objetivo. E na área de crédito de carbono, eu acredito que para a preservação das nossas áreas verdes, Rita, das nossas áreas de preservação ambiental, nós poderíamos ter aqui um bom dispositivo, um mecanismo, dentro do Município, para trazer segurança jurídica para isso. Infelizmente a nossa Procuradoria da Casa entendeu que o projeto trazia vícios, então nós até gostaríamos do auxílio da COSMAM para poder fazer o entendimento junto à Procuradoria, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Tanise, Ver. Oliboni, para que nós possamos sentar e conversar. E esse não é um projeto do nosso mandato, acredito que pode ser um projeto inclusive da própria comissão, para que a gente possa apresentar, de fato, um instrumento que seja prático, que a cidade possa utilizar e que sirva, no final das contas, também de modelo e exemplo para todo o País.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dando continuidade, passo a palavra ao Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quero parabenizar, aqui, a proponente desta reunião sobre esse tema, a Ver.^a Cláudia; saudando aqui a Ver.^a Lourdes, presidente da comissão; também a Ver.^a Tanise e o Ver. Ramiro. É óbvio que com a concepção da fala do Ramiro eu tenho profundas divergências, e é uma coisa natural, nós percebemos que as metrópoles, seja Porto Alegre ou qualquer grande cidade, têm que preservar os parques, as praças e trabalhar, sim, com a questão de agentes que não são tão poluentes, como atualmente está acontecendo. Falamos de vendavais, situações que o clima, enfim, ultimamente, vem demonstrando e que estão acontecendo, isso está nos preocupando e é preciso repensar a forma de como interagir com a natureza, com o meio

ambiente, com os animais, com o ser humano. E me parece que não há nenhuma iniciativa nesse sentido, por exemplo o transporte público poderia ser numa outra modalidade, ou outros avanços significativos. O tema é extremamente importante, e eu queria também aqui me colocar à disposição. Primeiramente, quero ouvir aqui os nossos convidados. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): De imediato, eu passo a palavra o Sr. Eduardo Henrique Alves Garcez, da Procuradoria-Geral do Município, que representa o prefeito.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Bom dia a todos; bom dia à Mesa; bom dia aos presentes. Eu queria, primeiramente, parabenizar a iniciativa da Câmara no projeto, que é de grande valia no que se entende por um desenvolvimento sustentável. Toda forma de benefício, quer seja real ou ideal, que venha a nos trazer maior envolvimento da sociedade nessa pauta da preservação, do respeito e da convivência com a natureza tem uma grande valia e é um grande ganho para a cidade. Enfim, eu, como procurador, a gente tem o dever da defesa da legalidade e, como o projeto ainda se encontra em trâmite nesta Casa, a gente não se preserva em poder melhor analisá-lo e utilizá-lo da melhor forma quando assim ele for levado a efeito.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ele está tramitando?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Está agora na Procuradoria.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Na Procuradoria da Casa.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não tramitou nas comissões? Vamos conversar, então, com o Dr. Renan.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, passo a palavra à representante da OAB, Vanessa Rodrigues Pereira, da Comissão Especial de Saúde.

SRA. VANESSA RODRIGUES PEREIRA: Bom dia a todos, vereadores, autoridades, demais presentes; bem, o tema é extremamente importante e urgente, a natureza já vem pedindo socorro há um tempo. Em vista disso, diante dos acontecimentos ocorridos no final do ano passado, presenciamos desastres hidrológicos bastante graves, e não há dúvidas de que precisamos adotar urgentemente medidas para frear esses impactos ambientais.

Em consequência disso, do ponto de vista da saúde, o meio ambiente poluído repercute na saúde da população que visa buscar mais o sistema público de saúde. Isso traz um impacto tanto econômico como social, e nós somos, sem dúvida, os mais afetados. Eu fiz uma pesquisa sobre isso, porque existem gases que podem ficar até 120 anos na atmosfera, o óxido nítrico pode ficar 120 anos na atmosfera. Isso é muito grave. Então, essas emissões de carbono devem ser reduzidas, não há dúvidas, e não há de se negar também a complexidade desse processo dos créditos de carbono. Tem que seguir uma fiscalização, porque também não pode ser uma desculpa para que as grandes empresas continuem poluindo. Acho que é isso, vou deixar que os especialistas falem mais sobre isso. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Miriam Souza, representante do CREA, pode vir para a Mesa.

SRA. MIRIAM SOUZA: Bom dia a todos e a todas, estou aqui em nome da presidente Nanci, engenheira ambiental, que agradeceu pelo convite, mas infelizmente não pôde estar aqui. Eu sou Miriam, engenheira florestal, trabalho no CREA na assessoria da presidência. Já trabalhei na Câmara, especializada da engenharia florestal, então, para mim, é uma honra estar debatendo aqui esse assunto que tem muito a ver com a minha área, com a minha profissão. Acho

importante a Câmara estar debatendo esses assuntos, como a colega falou, sobre a arborização, que é um assunto que o CREA está levantando alguns aspectos para a Prefeitura. Estamos fazendo um trabalho interno sobre algumas demandas, sobre a responsabilidade técnica no manejo da vegetação urbana. Acreditamos que a inserção do CREA nesses espaços, assim como na Câmara, na Prefeitura, nas comissões da Secretaria do Meio Ambiente, é extremamente importante. A gente traz, não só nós, engenheiros agrônomos e florestais, também tem os biólogos; mas acreditamos que a nossa participação enriquece tecnicamente. É o que a gente procura trazer, não somente nós que trabalhamos nessa área, mas acreditamos que a técnica possa atuar junto com as políticas públicas. Então, sempre que possível, nós estaremos presentes nesses espaços para agregar e contribuir.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Da Secretaria da Fazenda, Sr. Marcelo Fernandes.

SR. MARCELO FERNANDES: Muito bom dia a todos e todas, cumprimento a Presidente Lourdes Sprenger, presidente da COSMAM, na pessoa de quem cumprimento os demais vereadores e vereadoras, meus colegas de Mesa e público presente. Eu sou assessor técnico do gabinete da Secretaria Municipal da Fazenda. Com relação à participação da Fazenda nesse projeto, ela obviamente não se incumbe da parte técnica, mas diz respeito à questão da transparência e dos cuidados para que tal situação econômica e operacional, por parte das empresas, não sejam, através de empresas mal intencionadas, levadas a cabo para efeito de evasão fiscal. Quer dizer, os créditos de carbono têm que estar constando de maneira adequada dentro das condições financeiras e, da mesma maneira, a Secretaria da Fazenda é parceira na colaboração desse projeto no sentido que se evite situações de compra de ativos de carbono com consequentes desembolsos financeiros fictícios, que gerariam um faturamento que não reflete a realidade financeira da empresa e, consequentemente, uma redução da receita tributária oferecida. A tributação gerando,

consequentemente, uma desigualdade concorrencial dessa empresa que vai atuar de maneira inadequada dentro do sistema econômico. Então, a Secretaria da Fazenda se coloca à disposição para colaborar no projeto, e que tenhamos todos uma boa reunião.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Finalmente, vamos ouvir a nossa convidada, a Sra. Rita Ferrão, da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano – Abcarbon. Seja bem-vinda.

SRA. RITA FERRÃO: Gostaria de dar um bom dia a todos, agradecer o convite da COSMAM e da Ver.^a Cláudia, que fez a reunião conosco; agradecer também a presença do Ver. Ramiro e de todos os vereadores. É um prazer estar aqui podendo falar para você sobre o que a gente está fazendo. Estamos fazendo um trabalho bastante diferenciado no Brasil e no mundo. Estamos começando a ser requisitados mundialmente e isso nos deixa muito felizes, porque realmente está tendo efeito o que estamos fazendo aqui no Brasil. A gente está se tornando referência, colocando o Brasil no mapa da sustentabilidade, que é um dos nossos objetivos, então a gente trabalha frente às legislações, a gente vem trabalhando agora junto ao PL nº 412, na aprovação, a gente atua muito nessa frente, mas o nosso grande diferencial mesmo é a inclusão social, a questão ambiental e a questão econômica. Hoje, como é que a gente está trabalhando enquanto Associação Brasileira de Crédito de Carbono? Nós certificamos crédito de carbono, nós somos a única empresa genuinamente brasileira que certifica créditos de carbono no Brasil. Por que a gente faz isso? Como que a gente consegue fazer isso? A gente desenvolveu uma tecnologia que usa imagem de satélite e inteligência artificial para poder fazer em tempo real as medições e com isso a gente conseguiu agregar, sim, pontos positivos, como por exemplo: a gente consegue hoje medir propriedades acima de 10 hectares, coisa que outras certificadoras internacionais certificam só acima de 10 mil hectares. Olha a diferença: 10 mil, olha o *gap* que a gente pegou aí, entre 10 hectares, que pegou o pequeno produtor, então a gente realmente está causando um impacto social,

ambiental e econômico no Brasil. O Brasil, como um potencial gerador desse crédito de carbono, é um País hoje que tem um privilégio muito grande, e eu vejo isso quando eu me reúno com empresas internacionais. O pessoal de fora não têm área para gerar crédito de carbono, eles não têm; aqui na associação chega todos os dias, é normal chegar a 100, 200, 1.000, 2.000 hectares, com uma área 100% de floresta. Tem uma cliente que tem 10 mil hectares, 100% de mata. Então, isso é um privilégio do Brasil; na Europa, eles entram em contato conosco, não têm área para gerar esse crédito. Então, o que a gente faz hoje? Com essa tecnologia, a gente consegue fazer essa medição desse crédito de carbono através da imagem de satélite com inteligência artificial. A gente conseguiu reduzir prazo e reduzir muito o custo de certificação. A gente faz um inventário usando a tecnologia, na associação a gente faz a certificação desse crédito. Na associação a gente utiliza *blockchain* para fazer essas transações e subir esses certificados para que não tenha duplicidade desses créditos, isso é uma coisa que a gente se preocupa muito, eu particularmente, em manter a transparência e a rastreabilidade desses créditos. Então, tem que ter uma segurança, como tu falaste ali, de saber da onde veio o crédito, e com a tecnologia tudo é extremamente auditável. Hoje, quando a gente gera um certificado, além de ter desburocratizado o processo, a gente ainda tem a tela de medição. A tela de medição no certificado te dá uma garantia que aquela área foi medida, tem o total de créditos de carbono, tem o número de hectares que foi medido e a gente se baseia em alguns documentos, como o Cadastro Ambiental Rural, que é um documento público, vai no certificado, qualquer pessoa pode consultar; vai as coordenadas das áreas e a matrícula da área, que também é um documento público. Então, se tu olhares, tu tens que ter a matrícula e o CAR batendo, aí tu tens todas as informações daquela área e tu vês que aquela área realmente foi medida. Quando a gente faz a medição hoje, por exemplo, nessa propriedade, a gente utiliza como ano-base desse crédito do ano anterior até a data de hoje, por quê? Vocês vão me falar da adicionalidade e tal, está certificando uma propriedade que está ali, porque a gente mede toda a propriedade, o *software* ele já faz esse balanço de emissão e de sequestro de carbono; então, a gente

faz isso – a pessoa só vai poder voltar a medir aquela propriedade daqui a um ano; quando ela voltar daqui um ano e fizer a medição de novo, a ideia é que tenha adicionalidade. O que a gente acredita que vá acontecer? A adicionalidade vai vir ao longo do prazo, por quê? Quando tu investes no produtor, a pessoa que está lá na propriedade rural, que precisa da propriedade para sustento da sua família, tu estás estimulando ele, tu estás conscientizando ele a preservar. Isso já tem acontecido – apareceram vários clientes que têm, inclusive, licença ambiental para desmatar as áreas, mas estão deixando de fazer para poder usufruir do crédito de carbono; então, isso já é um benefício que a gente tem colhido, de proprietários que têm a licença ambiental – “Eu tenho a licença ambiental para desmatar 400 hectares, mas não vou desmatar, vou usar o crédito de carbono.” Então aí a gente já começa a ver a adicionalidade. E quando tu trabalhas lá o pequeno produtor, que realmente que usa a terra para sustento da sua família, e tu estimulas ele, tu pagas um recurso para ele, ao invés de pegar, sei lá, milhões e investir num projeto lá, que vai gerar um crédito ao longo de 10, 15, 20, 30 anos, tu estás investindo um pouquinho em cada produtor. E aquele produtor está cuidando da terra. Então, esse é o nosso trabalho, é o nosso diferencial, e a tecnologia nos colocou, na verdade, num patamar diferente, que a gente consegue inclusive escalar isso. Então, hoje é isso que a gente está fazendo, como é que acontece a comercialização desse crédito? A gente acompanha esse processo do início ao fim. Agora, a gente está trabalhando – até não posso falar muita coisa porque a gente assina acordos de confidencialidade, e a gente assinou com um *player* internacional que vai fazer essa comercialização. Como é que a gente vai fazer isso, a gente precisa, é pré-requisito da associação, porque quando a gente sobe esse certificado, ele fica custodiado conosco na associação, como se fosse um registro de imóveis, subiu o certificado, o certificado fica ali. Agora, quando ele for transferido – o proprietário do crédito assina uma autorização para ir para o *player* – lá dentro desse *player* a gente tem que rastrear ainda esse crédito, por quê? Quando a gente joga para esse *player*, por exemplo, 10 mil créditos de carbono, ele tem que seguir sendo 10 mil créditos de carbono, ele não pode dobrar esse crédito

de carbono; e lá dentro ele vai ser comercializado, de “n” pessoas para “n” pessoas, até alguma empresa compensar a sua pegada de carbono; quando a empresa compensar, vai estar lá na sua associação: compensado para empresa tal, e a gente dá baixa naquele certificado. Então, a gente tem todos esses pré-requisitos – um pré-requisito é que o dinheiro seja transferido para conta de mesma titularidade do dono do crédito, por quê? Quando a gente subiu aquele certificado, a gente já fez uma análise documental, a gente já fez o certificado no nome de quem está na matrícula da área e no cadastro ambiental rural; então, a gente está fazendo um certificado para pessoa que é a dona da área, que é a efetiva dona do crédito; então, quando o *player* for fazer essa transferência, ele precisa fazer para uma conta de mesma titularidade, para que não ocorra problemas. Então, a gente já está trabalhando nisso, a gente tem um acordo também com a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – Conafer, para começar a certificar inclusive as Terras Indígenas – TIs, então a gente está bem avançado nesse quesito aí no Brasil. Agora, no final do mês também a gente está indo para China, o pessoal nos requisitou lá sobre o nosso trabalho, tudo, com a África também a gente está bem. Já tão usando o Brasil como referência; então, já são pontos positivos para nós.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Isso é bem importante, e a fala do Ver. Oliboni, quando diz da preservação, a Rita falou; na verdade as pessoas estão preservando para manter o crédito de carbono. Então dentro da tua fala as coisas não são para destruir e sim para construir; isso é bem importante.

SRA. RITA FERRÃO: Exato, e quando a gente tem esse olhar de olhar ali para o cara que está no campo, porque o cara que está no campo vive daquilo; diferente um pouquinho de nós na cidade; ele vive daquilo, aquilo é o sustento dele. Por que ele planta? Eu sempre questiono isso. Por que planta, sei lá, arroz, milho, café, soja o que for? Por que ele planta? Porque é um meio de renda para a família dele. Então o crédito de carbono vai ser isso também. As pessoas têm

que enxergar que é uma outra fonte de renda, manter preservado aquilo ali, e inclusive reflorestar. Por quê? Porque no ano seguinte ela pode aumentar o número de crédito de carbono dela, e vai aumentar a renda dela, é uma safra também.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Alguma manifestação dos vereadores?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Eu estava comentando aqui com o Ver. Oliboni; essa fala da Rita é muito importante, reforça aquilo que eu defendo nessa ferramenta do crédito de carbono, é mercado; é criar um mercado para que se incentive a preservação dos ambientes, para que se incentive a preservação seja de pequenas áreas, uma área de reserva dentro de uma fazenda ou até mesmo de grandes nações subdesenvolvidas que possam aproveitar a preservação dos seus biomas, das suas florestas, e vender crédito de carbono para nações mais desenvolvidas, e assim também a gente ter um benefício global. Ganha a nação mais desenvolvida que não tem, talvez não tem condições de se desindustrializar, de deixar de emitir carbono, ganha a nação subdesenvolvida em preservar aquele ambiente ali e ganha financeiramente inclusive, ganha recursos financeiros para isso, e ganha o planeta, porque, afinal de contas, se está buscando um equilíbrio da emissão.

SRA. RITA FERRÃO: E o Brasil, realmente, se vocês pegarem a quantidade de áreas que a gente tem, a gente consegue gerar o crédito aqui, certifica o crédito, comercializa lá fora, tu ainda estás injetando dinheiro na economia do Brasil. Então a gente consegue mudar o Brasil economicamente, socialmente, porque tu estás investindo também nas pessoas e ambientalmente. Então é um ganho assim, é um tripé, que eu sempre gosto de falar, porque é um ganha-ganha, e o Brasil é o país que tem o maior potencial de resolver essas questões. Só que a gente tem que trabalhar e conscientizar todo mundo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O representante aqui da Fazenda fez uma colocação do fluxo desses créditos que eu não entendi bem; gostaria que tu explicasses melhor.

SR. MARCELO FERNANDES: Perfeito; de fato, pelo que eu pude constatar, pela exposição da colega, é uma situação que demanda muito cuidado nessa verificação da autenticidade, da origem desses créditos. Como a gente sabe, no sistema capitalista a gente trabalha com uma engrenagem, onde há débitos e créditos de um lado para outro. Sendo uma situação muito nova e inovadora, ainda está se desenvolvendo bastante regramentos e acordos nesse sentido, acho que principalmente em nível de ONU, desses organismos, desses entes internacionais, mas principalmente desenvolver organismos que garantam essa adequada rastreabilidade e verificação desse crédito, porque, pelo que eu pude pesquisar, uma preocupação muito contundente é o *greenwashing*, a lavagem verde, que é onde as empresas podem se valer dessa compra de créditos de carbono de uma maneira tanto para a questão de imagem... Mas a nossa preocupação, enquanto Secretaria da Fazenda, enquanto órgão de fiscalização tributária municipal, é o desembolso decorrente dessa aquisição fictícia de crédito de carbono que pode gerar um faturamento a menor, e é nesse aspecto que a Secretaria da Fazenda atuaria mais contundente. Mas, de fato, precisamos de um órgão técnico avalizado, preparado, que tenha métricas devidamente autenticadas que nos forneçam os dados mais fidedignos possível para que a gente possa fazer essa flexibilização. Nesse sentido, vereador, o nosso instrumento, o nosso papel constitucional é a fiscalização de tributos para efeito de trazer recursos públicos para o cumprimento das necessidades sociais e públicas, mas o nosso instrumento de trabalho é a informação. E, para a informação desse caráter técnico inovador da questão dos créditos de carbono, a gente precisa, de maneira muito próxima, da atuação de entidades sérias, certificadas e que nos forneçam a informação correta.

SRA. RITA FERRÃO: Eu agradeço a tua colocação. Até referente a isso dos *greenwashing*, não precisa a gente nem ir muito longe, se vocês pesquisarem, por exemplo, a Verra, que é uma outra certificadora internacional, uma das mais conhecidas até hoje, o *The Guardian* fez uma investigação nos créditos deles, eles certificam créditos de projetos futuros e o *The Guardian* constatou que 90% dos créditos deles eram *fakes*. Então, eles estavam colocando crédito no mercado, crédito falso. E, no momento que tu vais ali... Grandes empresas compraram, empresas do ramo de aviação, várias empresas, então, isso deu uma certa desacreditada no mercado, foi muito ruim. Nesse ponto, foi uma das questões que a gente entrou: como é que tu certificas um crédito do futuro? Ele não existe, tu estás fazendo um projeto de 30 anos. Uma empresa vai lá, pega uma área de 10 mil hectares, tu fazes lá e estás certificando uma projeção futura, tu não tens como garantir isso. Humanamente impossível tu garantires isso. Então, por isso a gente desenvolveu a tecnologia e faz a medição ano a ano, porque aí tu estás vendo um crédito, comercializando um crédito efetivo, ele está ali na propriedade naquele momento que a gente está medindo. E tem como tu veres isso, porque “ah, eu quero ver daqui a meio ano se estará ali”, vai lá e mede de novo, a tecnologia está ali. Não tem como tu alterares a tecnologia para dar valores diferentes. Então, foi uma das questões que motivou mesmo a gente acabar entrando no mercado, fazendo um trabalho contrário a esse ponto e já trabalhando nas menores propriedades, incluindo mais pessoas nesse mercado

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Para fins de registro em ata, falou a Sra. Rita Ferrão. Vou passar a palavra para a representante da Inovação, Fernanda.

SRA. FERNANDA MARTINS: Bom dia a todos. Agradeço em nome do secretário Luiz Carlos da Inovação. A Inovação caminha junto com a sustentabilidade, então deixamos aqui o nosso agradecimento pela composição da Mesa e também o nosso apoio ao projeto. Obrigada. Bom dia.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Mais uma manifestação aqui do Ver. Ramiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Uma preocupação somente, na verdade, com relação a entendimento, entendimento político da cidade realmente. Em conversas com o secretário Germano Bremm, Ver.^a Cláudia, Rita e todos aqui, sobre o projeto, o secretário ainda mencionou: “Bom, Ramiro, é um bom instrumento, porém nós assumimos, em Copenhagen, o compromisso de zerar a emissão de carbono na cidade, com a renovação da frota de ônibus para elétrico e por aí vai. Isso me preocupa um pouco porque eu, como porto-alegrense e agente político na cidade, não vejo sentido para nós, Porto Alegre, simplesmente ganharmos um selo de cidade verde. Isso para mim, sendo cidadão, sendo agente político é importante, mas, numa escala de importância, eu prefiro utilizar a venda dos créditos de carbono para preservação das áreas verdes. Porque nada adianta nós termos o selo de cidade verde, emissão zero de carbono, e as nossas áreas de preservação ambiental serem invadidas, derrubadas as árvores para poder construir moradias irregulares, de as áreas de preservação estarem sendo mal utilizadas para o crime, para a prostituição. Então, no interesse do cidadão, no interesse do porto-alegrense, numa escala de importância, muito mais vale que as nossas áreas sejam preservadas com recurso da venda do crédito de carbono do que ganhar um selo verde. Eu acredito que, no contexto geral – daí olhando para Porto Alegre como ente federado, olhando para o Brasil por completo –, o nosso País tem muito mais contribuições nessa área de buscar a redução da emissão de carbono e até mesmo de preservação de áreas verdes e contribuir para a humanidade de uma forma muito maior do que nós, em Porto Alegre, quisermos ter aqui uma vanguarda de um selo dizendo que nós temos a emissão zero. Então, nesse contexto, acho que isso seria muito importante incluir, na reunião com o secretário Germano Bremm, o quanto essa ferramenta da regulamentação da venda de crédito de carbono interferiria nesse projeto ou nessa intenção do município de zerar a emissão. Porque isso certamente se colocaria, Rita, dentro

as áreas de preservação também e todas as nossas áreas verdes para poder fazer a compensação e o balanço para dizer o que é, de fato, a emissão zero de carbono da cidade de Porto Alegre. Nada impediria obviamente nós avançarmos também no projeto para, pelo menos, ter um instrumento e ter a segurança jurídica de poder futuramente comercializar isso. Agora, eu acredito que, nessa conversa com secretário Germano Bremm, é muito importante incluir isso.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Acho que, complementando a fala do vereador, é importante a gente conseguir alinhar enquanto Câmara. Se for necessário algum ajuste ao projeto, e a Rita pode colaborar com a gente em relação a isso, para – igual ao que tu disseste, – a gente ter uma regulamentação enquanto município para a gente poder avançar. Porque, se nós não tivermos uma lei que regule isso, que nos regule, que nos dê opção de fiscalização, de cobrança e de entrega, a gente não conseguirá avançar.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E tem *benchmark* já no Brasil. Nós temos, eu acho que foi Estado de São Paulo... O município de São Paulo e o Estado do Rio De Janeiro fizeram leilão de crédito de carbono.

SRA. RITA FERRÃO: Fizeram, mas não sei se chegou ser das áreas verdes deles.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Fizeram para outras?

SRA. RITA FERRÃO: É.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Bom, enfim, a gente pode pegar esse exemplo também. Só quero reforçar: na minha avaliação, para o cidadão de Porto Alegre, mais vale usar esse instrumento para nós podermos preservar as nossas áreas e trazer resultado concreto na vida das pessoas. Selo de cidade verde não traz resultado concreto na vida das pessoas, embora seja uma boa

coisa para se vender para o mundo e também, de alguma forma, atrair investimentos.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Antes de encaminhar para a Rita, a primeira vez que nós tratamos deste assunto na Prefeitura faz muito tempo. Foi até por uma iniciativa nossa de região. Então se falava, na época, sobre condição das estações de tratamento, a política de resíduos sólidos, tudo isso pode gerar crédito de carbono. Hoje nós ficamos nas áreas verdes, que é muito importante, é o pulmão verde, vamos dizer assim. Então, esse registro é para dizer que é um assunto muito amplo e não se resume só às floresta.

Eu retorno a palavra para a Rita para fazer alguma conclusão e, depois, passamos aos encaminhamentos.

SRA. RITA FERRÃO: É exatamente isso, o selo importa, mas o investimento também. Então, no momento em que tu possibilitas a comercialização desse crédito, tu podes estar investindo nas áreas para mantê-las, inclusive, tu podes estar investindo em projetos, algo com que a sociedade possa se beneficiar, e até também para a troca da frota. Tu podes usar esse recurso, destinar partes desse recurso para cada... E a gente tem um caso aqui que é o do Guaíba, o Guaíba é um poluidor, ele é negativo, ele polui carbono para a atmosfera, e, se eu medir ele aqui agora, vocês vão verificar isso. Então, esse recurso pode ser utilizado inclusive para trabalhar isso, para melhorar isso. E aí eu já digo para vocês: quando teve essa enchente gigantesca aqui, eu medi o Guaíba, e aí, claro, com a chuva, limpou a água, deu bem menos a poluição dele para a atmosfera. Então, tem como a gente utilizar esse recurso em benefício da população, investir, melhorar as outras questões e ter o selo verde também. Então, a gente tem várias frentes de trabalho aí.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E essa medição é um aplicativo? Esse aplicativo é disponível ou ele é específico só para a associação que

consegue fazer... Se eu quiser fazer esse levantamento, saber da minha área, eu consigo ou eu preciso contratar a associação para fazer isso?

SRA. RITA FERRÃO: Só via associação, porque daí, quando a gente faz as medições ali, a gente faz baseado nos documentos do Cadastro Ambiental Rural e na matrícula, e as áreas têm que bater. Por exemplo, se tem 101,00 hectares, tem que ter a medição, a triangulação tem que ser exata da área. Mas eu tenho ele aqui no celular, se vocês quiserem ver, depois eu posso mostrar para vocês.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, Ver.^a Cláudia, então, o encaminhamento solicitado é uma reunião, uma audiência com o secretário da SMAMUS com a presença da Rita, Secretaria da Fazenda, Procuradoria, Ver. Ramiro e os demais da Comissão que queiram nos acompanhar. Seria esse o encaminhamento?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): São dois encaminhamentos, um é que a gente faça uma reunião com o secretário de meio ambiente, que eu acho que é importante; se o CREA quiser participar também acho que é bem importante, pois trabalha com essa área. E também com relação ao PL, que nós, enquanto Comissão, possamos trazer e ver o que a gente pode ajustar com a participação da OAB, a PGM nos ajudar também, o que a gente pode construir para realmente torná-lo sem óbice, arredondar para que a gente possa...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito, Cláudia, o quanto antes nós pudermos nos reunir, ideal, convido todos aqui para assinar em coautoria – reforço: não quero que seja um projeto do nosso mandato, acho que tem que ser um projeto da COSMAM...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): De comissão.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): De comissão para poder a gente ter também um avanço significativo.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Então, muito obrigada a todos e até a próxima reunião na próxima terça-feira.

SRA. RITA FERRÃO: Muito obrigada pelo convite, então, e fico à disposição para auxiliá-los caso tenham necessidade.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Rita.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 10h56min.)

TEXTOS SEM REVISÃO